



---

# LÍNGUA PORTUGUESA

## Moralização

Às vezes queremos fazer o universo caber dentro do nosso pensamento. Esse processo reduz o mundo a nossa moral particular. Pode acontecer por insuficiência de conhecimento: como não entendemos as coisas que nos rodeiam tendemos a explicá-las com o pouco que sabemos. Fenômenos complexos exigem esforço de reflexão, que por sua vez, requer bagagem intelectual. Mas a bagagem, infelizmente, não está disponível a todos. O acúmulo de conhecimento necessita de tempo, esforço, vontade e de recursos financeiros, bens sabidamente escassos.

Outras formas de tentar moldar o mundo a nós, são a arrogância, pretensão e as cegantes ideologias. Fanáticos de todas as matizes (políticos, religiosos, ideólogos, etc.) todos reducionistas, criam uma visão de mundo própria e tentam a todo custo impingir-la aos outros.

As ideologias com toda a concepção idealista que carregam, foram as principais causadoras de mortes e sofrimentos no mundo. As cruzadas e guerras religiosas, o holocausto e tragédia que Mao Tse Tung impôs à China são bons exemplos. As crenças ideológicas, que tanto mal já fizeram ao mundo, quando parecem arrefecer, recrudescem com novo vigor a cada tempo. O Islamismo, que apavora o mundo moderno é um exemplo atual.

Por moralizar, no sentido que o texto explora, entenda-se transformar os diferentes até que pensem exatamente como nós. Em política, direita e esquerda disputam a posse da verdade. A religião é um caso crônico: Os cristãos que vão morar no paraíso celestial depois da vida terrena, querem convencer todos a irem também pra lá. Os muçulmanos, agraciados com 70 virgens cada um quando chegarem ao céu, já aqui na terra matam e torturam os que não acreditam nisso.

Uma boa metáfora para a moralização é a Cama de Procusto. Na mitologia grega o bandido Procusto tinha uma cama de ferro do seu exato tamanho. Recebia os viajantes que passavam por sua casa e lhes dava hospedagem. Quando deitavam, os dominava e moldava ao tamanho da cama. Se eram menores esticava-os até o tamanho dela, se maiores cortava partes do corpo da vítima até a adaptação completa.

Moralizar é impor o nosso "tamanho": tentar mudar os gays, ridicularizar os que ouvem funk ou moda sertaneja, desprezar o Candomblé, debochar da cultura ou endeusá-la, olhar enviesado para os fumantes, Convencer-se que comer somente vegetais é a salvação do mundo ou rir dos que pensam assim.

O que pode nos afetar se duas pessoas do mesmo sexo se unem? Se cultuam um Deus diferente do nosso ou nenhum? Se são muito incultos para nosso convívio ou sofisticados demais? Se gostam de funk, torcem para o Corinthians.

Se observarmos bem nossos atos talvez cheguemos à conclusão de que somos muito parecidos com o Procusto Grego, queremos adaptar todos à nossa baliza. Este texto, de repente, pode estar tentando impor uma ideia moralizante, baseada no meu conceito de moral. Olha o Procusto aí de novo.

(Renato de Paiva Pereira, 18 de maio de 2015- 00h00- [www.gazetadigital.com.br](http://www.gazetadigital.com.br))

### **QUESTÃO 01**

**A partir da leitura, marque a alternativa incorreta.**

- A) As dificuldades que o homem tem em entender o mundo que o cerca tornaram-no insensível diante das adversidades. Muitos procuram conhecer o mundo, por meio dos estudos e da vontade de dominar outros, reduzindo o mundo a sua concepção de vida.
- B) Infelizmente o ser humano, ao invés de entender o outro, tenta, a todo custo, impor comportamentos, crenças e culturas, que, muitas vezes, prejudicam consideravelmente a visão de mundo desse outro, gerando conflitos, desconfianças e violência, travando ideologias conflitantes e consequências trágicas.
- C) Ao discordarmos da ideologia de outras pessoas, acreditamos que as nossas ideias, embora distantes das do próximo, sejam exatamente as que usamos.
- D) As concepções ideológicas, desde muitos anos, vêm sendo o caminho pelo qual o homem procura construir sua cidadania. Através do domínio do imaginário coletivo, o cidadão inconscientemente constrói uma sociedade engajada.

## **QUESTÃO 02**

### Questão 02

"[...] como não entendemos as coisas que nos rodeiam, tendemos a explicá-las com o pouco que sabemos."

Sobre os verbos "nos rodeiam" e "explicá-las", é correto afirmar que:

- A) "Nos rodeiam": verbo pronominal, usado para indicar ações relativas ao sujeito que as pratica./ "Explicá-las": o verbo é terminado em "r" e é seguido pelo pronome "as" que assumem a forma "las."
- B) "Nos rodeiam": verbo pronominal, e o pronome "nos" é o sujeito da frase./ "Explicá-las": o verbo é acidentalmente pronominal.
- C) "Nos rodeiam": verbo transitivo indireto./ "Explicá-las": o verbo é acompanhado por "las", forma antiga do pronome enclítico.
- D) "Nos rodeiam": verbo pronominal reflexivo./ "Explicá-las": o verbo é transitivo direto e tem a função de objeto direto.

## **QUESTÃO 03**

"As cruzadas e guerras religiosas, o holocausto e tragédia que Mao Tse Tung impôs à China são bons exemplos."

Ao analisarmos a frase "... que Mao Tse Tung impôs à China...", pode-se afirmar que :

- A) Oração subordinada adjetiva explicativa.
- B) Oração subordinada adjetiva restritiva.
- C) Oração subordinada substantiva objetiva direta.
- D) Oração subordinada substantiva completiva nominal.

## **QUESTÃO 04**

"O que pode nos afetar se duas pessoas do mesmo sexo se unem? Se cultuam um Deus diferente do nosso ou nenhum? Se são muito incultos para nosso convívio ou sofisticados demais? Se gostam de fank, torcem para o Corinthians."

Sobre a partícula "se" do texto acima, é correto afirmar que é:

- A) Conjunção subordinada condicional / e, em outras ocorrências, partícula expletiva.
- B) Partícula expletiva/ e, em outras ocorrências, conjunção subordinada condicional.
- C) Conjunção subordinada integrante/ e, em outras ocorrências, parte integrante do verbo.
- D) Conjunção subordinada causal / e, em outras ocorrências, índice de indeterminação do sujeito.

## **QUESTÃO 05**

"Recebia os viajantes que passavam por sua casa e lhes dava hospedagem."

O pronome oblíquo "lhes" é especificamente:

- A) Objeto direto
- B) Objeto direto cognato
- C) Objeto indireto
- D) Objeto direto preposicionado

## **QUESTÃO 06**

"Se observarmos bem nossos atos, talvez cheguemos à conclusão de que somos muito parecidos com o Procusto Grego, queremos adaptar todos à nossa baliza."

Sobre o uso da crase nas expressões: "à conclusão" e "à nossa baliza". Não se admite:

- A) Em "à conclusão", ocorre crase, porque a preposição "a", exigida pela regência de um nome, se funde com o termo regente "a". E, em "à nossa baliza", admite-se crase antes de pronomes possessivos.
- B) Em "à conclusão", constata-se que, ao trocar o termo regido por um masculino correlato, obteremos a combinação **ao(s)**. E, em "à nossa baliza", o uso da crase antes de pronomes possessivos é obrigatório.
- C) Em "à conclusão", o termo regente exige a preposição "a" e o termo regido admite o artigo "a". E, em "à nossa baliza", admite-se crase antes do pronome possessivo, por ser um possessivo substantivo.
- D) Em "à conclusão", toda fusão é indicada pelo acento grave. E, em "à nossa baliza", a crase ocorreu devido ao pronome ser possessivo adjetivo.

## **QUESTÃO 07**

"Os muçulmanos, agraciados com 70 virgens cada um quando chegarem ao céu, já aqui na terra matam e torturam os que não acreditam nisso."

Sobre a frase "...agraciados com 70 virgens cada um quando chegarem ao céu..." pode-se afirmar que:

- A) Aposto explicativo.
- B) Oração subordinada adjetiva explicativa reduzida por participio.
- C) Oração subordinada adverbial causal.
- D) Aposto resumitivo.

### QUESTÃO 08

“Se eram menores, esticava-os até o tamanho dela, se maiores, cortava partes do corpo da vítima até a adaptação completa.”

Sobre o verbo “esticava-os”, é correto afirmar que:

- A) O verbo “esticar” é transitivo indireto, e o pronome oblíquo “os” funciona com objeto indireto.
- B) O verbo “esticar” é transitivo direto, e o pronome oblíquo “os” funciona como objeto direto.
- C) O verbo “esticar” é intransitivo, e o pronome oblíquo “os” funciona com objeto direto.
- D) O verbo “esticar” é transitivo direto e indireto, e o pronome oblíquo “os” funciona com objeto direto.

### QUESTÃO 09

Leia a tirinha:



Assinale a alternativa incorreta:

- A) A palavra “diplomático” remete-nos ao grego “diplo”, cujo significado é “eu dobro”, que dá origem à palavra diploma.
- B) Sobre as expressões “pigmeu da ética” e “duende da moralidade”, nas palavras “pigmeu” e “duende”, ocorre a ditongação.
- C) Na frase “Chamaram o Brasil de ‘anão diplomático’”, o sujeito é “anão diplomático”, e o verbo é transitivo direto.
- D) Na expressão “perderam a chance de dizer”, temos objeto direto e indireto.

### QUESTÃO 10

“O acúmulo de conhecimento necessita de tempo, de esforço, de vontade e de recursos financeiros, bens sabidamente escassos.”

Ao analisarmos sintaticamente os termos “de tempo, esforço, vontade e de recursos financeiros”, pode-se classificá-los como:

- A) Adjunto adnominal
- B) Complemento verbal
- C) Aposto
- D) Complemento nominal

## DIREITO ADMINISTRATIVO

### QUESTÃO 11

Analise o caso fictício abaixo narrado e assinale a alternativa INCORRETA.

Joana, servidora efetiva de órgão público, praticou, no exercício da profissão, ato administrativo válido, porém, discricionário. Em 30 dias após a prática do ato, revogou-o por razões de conveniência, oportunidade e interesse público.

- A) A revogação é modalidade de extinção de ato administrativo que ocorre por razões de oportunidade e conveniência. A Administração Pública pode revogar um ato quando entender que, embora se trate de um ato válido que atenda a todas as prescrições legais, não está de acordo com, ou não atende adequadamente, o interesse público no caso concreto.
- B) Por ter como fundamentos a oportunidade e a conveniência, a revogação de um ato administrativo somente poderá ser feita pela própria Administração Pública, sendo vedada esta apreciação ao Poder Judiciário.
- C) A revogação é semelhante à anulação ou à invalidação do ato, sendo, em ambos os casos, o ato administrativo extinto por ser contrário à norma jurídica, produzindo, assim, efeitos retroativos (*ex tunc*).
- D) Quanto aos aspectos formais, para que o ato revogatório seja legítimo, é necessário que a competência para revogar tenha sido expressamente estabelecida em lei e que não se tenha exaurido com a prática do ato objeto da revogação. A competência, assim, pode ser vista como um limite à revogação, uma vez que o agente competente é elemento essencial para a validade do ato revogatório.

## **QUESTÃO 12**

**De acordo com o Direito Administrativo Brasileiro, julgue os itens em V, para verdadeiro, e F, para falso, e após assinale a alternativa correta.**

I - As empresas públicas e as sociedades de economia mista são empresas estatais, isto é, sociedades empresariais que o Estado tem controle acionário e que compõem a Administração Indireta.

II - Empresa pública é Pessoa Jurídica de Direito Privado, constituída por capital exclusivamente público; aliás, sua denominação decorre justamente da origem de seu capital, isto é, público; e sua constituição poderá ser em qualquer uma das modalidades empresariais.

III - Sociedade de Economia Mista é Pessoa Jurídica de Direito Privado, constituída por capital público e privado, razão pela qual é denominada como mista. A parte do capital público deve ser maior, pois a maioria das ações deve estar sob o controle do Poder Público. Somente poderá ser constituída na forma de S/A.

IV - Ressalvados os casos previstos na Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou ao relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.

- A) Apenas os itens I e III são verdadeiros.
- B) Apenas os itens II e IV são verdadeiros.
- C) Apenas o item III é verdadeiro.
- D) Todos os itens são verdadeiros.

## **QUESTÃO 13**

**O Estado ZX publicou edital de licitação, na modalidade concorrência pública, para concessão de uma linha de transporte intermunicipal por "trem bala", interligando os municípios A e B. De acordo com os dados narrados e com as hipóteses de concessão de serviços públicos, assinale a alternativa correta.**

- A) Na licitação para concessão de serviços públicos, na modalidade concorrência, não é admitida a inversão da ordem das fases de habilitação e de julgamento, mesmo que prevista em edital de abertura do certame.
- B) No julgamento da licitação, serão considerados o maior valor da tarifa do serviço público a ser prestado e a menor oferta, nos casos de pagamento ao poder concedente pela outorga da concessão.
- C) Mesmo que em desigualdade de condições, será dada preferência à proposta apresentada por empresa brasileira.
- D) As tarifas referentes ao transporte de passageiros no referido trem poderão ser diferenciadas em função das características técnicas e dos custos específicos provenientes do atendimento aos distintos segmentos de usuários.

## **QUESTÃO 14**

**Analise o caso hipotético abaixo relatado:**

O município ABC contratou, por meio de inexigibilidade de licitação, show nacional da dupla "Fernando & Sorocaba". Essa contratação baseou-se no artigo 25, III, da Lei Federal nº 8.666/93, pois os artistas são consagrados pela crítica nacional e pela opinião pública. Foram utilizados como comprovação desempenhos anteriores, matérias jornalistas, fotos de shows, vídeos, informativos, entre outros. No entanto, no contrato firmado, consta cláusula de pagamento referente a 50% do valor global antecipado e o restante no dia da realização do show.

**Assim sendo, assinale a alternativa correta.**

- A) Em regra, não pode a Administração Pública antecipar o pagamento de serviço, uma vez que não pode correr o risco de não ver cumprida a obrigação por parte do contratado, ao já ter repassado a quantia referente ao pagamento; todavia existem algumas situações que encontram amparo para a antecipação de parte do pagamento do objeto ou do serviço.
- B) Não pode a Administração Pública fechar este tipo de contrato com pagamento antecipado sem a prestação do serviço; no entanto, pode pagar o valor global no dia do evento. Essa situação é mais corriqueira na contratação de artistas consagrados.
- C) Tendo o município antecipado 50% do pagamento, incorreu em irregularidade perante o TCE/MT, órgão fiscalizador de recursos públicos com competência para sancionar atos de gestão.
- D) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

## **QUESTÃO 15**

**João Mario, chefe do departamento de RH de determinada prefeitura, avocou análise de processo administrativo instaurado para apurar irregularidade no setor contábil. João tomou tal atitude em razão de que seu subordinado, Jorge Mauricio, responsável pela análise do processo em comento, não estava dando a prioridade que a situação merecia. Agindo de tal forma, João tomou como base:**

- A) O poder administrativo disciplinar.
- B) O poder administrativo hierárquico.
- C) O poder administrativo discricionário.
- D) O poder administrativo da supremacia.

### **QUESTÃO 16**

Analise o caso fictício abaixo e após assinale a alternativa correta.

Determinada autarquia municipal realizou processo licitatório, na modalidade pregão presencial, para contratação de empresa fornecedora de papel. Sagrou-se vencedora a empresa "PAPEL A4 Ltda."; no entanto, o dirigente máximo do órgão deixou de adjudicar o objeto ao licitante vencedor e firmou contrato com empresa pertencente a seu amigo íntimo, tendo em vista que este ofertou um menor preço do que o licitado.

- A) Tendo em vista que não houve enriquecimento ilícito do agente público e que foi contratado menor preço do que o licitado, não há configuração de improbidade administrativa.
- B) A propositura de ação de improbidade administrativa, por parte do Ministério Público, é admissível, mesmo que não haja prejuízo ao Erário e enriquecimento ilícito do agente.
- C) A contratação direta sem licitação, desde que comprovado menor preço, não é ato de improbidade administrativa.
- D) Tendo em vista que não houve prejuízo ao Erário, tal ato não maculou as contas públicas como um todo; portanto, não há configuração de improbidade administrativa.

### **QUESTÃO 17**

Julgue os itens em V, para verdadeiro, e F, para falso, e após assinale a alternativa correta.

I - O contrato de concessão de serviços públicos poderá prever o emprego de mecanismos privados para resolução de disputas decorrentes ou relacionadas ao contrato, inclusive a arbitragem, a qual é realizada no Brasil e em língua portuguesa.

II - Sem prejuízo da responsabilidade, a concessionária poderá contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido, bem como a implementação de projetos associados.

III - É admitida a subconcessão, nos termos previstos no contrato de concessão, desde que expressamente autorizada pelo poder concedente.

IV - Nas condições estabelecidas no contrato de concessão, o poder concedente autorizará a assunção do controle ou da administração temporária da concessionária por seus financiadores e garantidores com os quais não mantenha vínculo societário direto, para promover sua reestruturação financeira e assegurar a continuidade da prestação dos serviços.

- A) Apenas os itens I e III são verdadeiros.
- B) Apenas os itens II e III são verdadeiros.
- C) Apenas os itens I, III e IV são verdadeiros.
- D) Todos os itens são verdadeiros.

### **QUESTÃO 18**

Julgue os itens em V, para verdadeiro, e F, para falso, e após assinale a alternativa correta.

I - A polícia administrativa objetiva a manutenção da ordem pública geral, impedindo preventivamente possíveis infrações às leis. Tanto pode agir preventivamente como repressivamente. Em ambas as hipóteses, a sua função é impedir que o comportamento do indivíduo cause prejuízos para a coletividade.

II - A polícia administrativa manifesta-se através de atos normativos concretos e específicos, os quais possuem alcance geral, manifesta-se também através da lei, onde constituem-se as limitações administrativas ao exercício dos direitos e das atividades individuais. Os atos normativos podem ser: Decretos, Resoluções, Portarias e Instruções. Os atos administrativos e operações materiais de aplicação da lei ao caso concreto, incluem medidas repressivas e preventivas, ambas com intuito de coagir o infrator a cumprir a lei.

III - O poder de polícia administrativa protege valores como: segurança pública; ordem pública; tranquilidade pública; higiene e saúde públicas; estéticos e artísticos; históricos e paisagísticos; riquezas naturais; moralidade pública; economia popular. Sendo os principais deles a segurança e a ordem pública, que são consideradas pela Administração como de maior nível de importância.

IV - O poder de polícia administrativo, em seu atual estágio na evolução histórica, responde pela presença da Administração em situações ou relações jurídicas que, ordinariamente, seriam de direito privado; contudo, devido à intervenção da entidade pública, transfere-se obrigatoriamente para a égide do regime jurídico de direito público.

- A) Apenas o item I é falso.
- B) Apenas o item II é falso.
- C) Apenas o item III é falso.
- D) Apenas o item IV é falso.

### **QUESTÃO 19**

**Assinale a alternativa INCORRETA.**

**De acordo com o regramento previsto na Lei nº 8.666/93, os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, ao ser mantido as demais cláusulas do contrato e assegurado à manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra:**

- A) Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato acima dos limites previsto na lei de licitações ou modificação unilateral do contrato pela Administração, para melhor adequação às finalidades de interesse público.
- B) Alteração do projeto ou especificações, pela Administração ou por superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato.
- C) Interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração ou impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência.
- D) Omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

### **QUESTÃO 20**

**Sabendo que as sociedades de economia mista possuem características peculiares, assinale a alternativa que não corresponde a uma característica desse tipo de sociedade:**

- A) Associação de capital público e privado. Para que ela seja de caráter misto, é necessário que seu capital seja público e privado. Assim, ela possui em sua base a união de capital proveniente de investidores particulares e de capital público, proveniente do Estado. Sem tal união, não seria possível ela ser considerada mista, uma vez que haveria apenas um tipo de capital. Tal característica, entretanto, não pode ser considerada isoladamente para avaliar a natureza jurídica de uma empresa, pois o Estado, muitas vezes, involuntariamente, assume uma porcentagem do acervo societário dentro de empresas privadas já criadas. Geralmente isso ocorre quando o Estado é credor de tal empresa, e esta apresenta uma situação financeira instável, o que faz com que o Estado fique obrigado a assumir uma parte do controle acionário para recuperar-se de suas despesas.

- B) Gestão conjunta da empresa entre os sócios particulares e o Estado. Basta que o Poder Público tenha parte das ações de uma empresa para que essa se configure em uma sociedade de economia mista. No entanto, não é preponderante a participação ativa do Estado na direção da mesma companhia. Dessa forma, representantes do Estado devem estar presentes na parte passiva nas assembleias e na diretoria da empresa, com direito a voto.
- C) Interesse Público. Considerando que são funções do Estado a administração da sociedade e o provimento dos cidadãos com recursos que lhes são necessários para a vida mínima em sociedade, não haveria justificativa lógica ou legal para que ele explorasse a atividade econômica pura e simples. Não há porquê o Estado visar ao lucro como fim último. Isso deve obrigatoriamente influenciar na sociedade de economia mista e é característica básica para diferenciá-la das empresas de caráter privado, uma vez que todas elas têm, por fim último, o lucro. Assim, a empresa para-estatal orienta-se não exclusivamente pela finalidade lucrativa, mas sim buscando a utilidade pública e o interesse comum dos cidadãos.
- D) Criação Legal. A sociedade de economia mista é uma figura de exceção dentro do direito empresarial brasileiro. Ela não possui uma lei genérica que indique a sua forma de criação, como ocorre com a Sociedade Anônima comum. Sua criação sempre se dá por meio de lei específica, que institui a criação de uma empresa determinada. Na lei, está sempre a característica da sociedade como sociedade de economia mista, sendo esse um dos motivos que leva uma corrente doutrinária a estabelecer tal requisito como o único necessário para a conceituação de tal sociedade. A falta de conceituação por lei, como ocorre com outras sociedades, também leva os doutrinadores a ressaltar o antigo Decreto-lei nº 200 de 1967, que estabelecia as sociedades de economia mista como as criadas especificamente por uma lei que as defina como tal.

# DIREITO TRIBUTÁRIO

## **QUESTÃO 21**

Joaquim Correa é proprietário de imóvel na cidade de Erechim-RS. Em 2012, Joaquim foi contribuinte do Imposto sobre propriedade territorial rural (ITR). No exercício de 2013, o município editou lei passando a considerar como urbana diversas localidades do município, entre elas, a em que está localizado o imóvel de Joaquim. Assim sendo, com base no caso hipotético narrado, assinale a alternativa correta.

- A) Tendo em vista que a edição de lei foi durante o exercício de 2013, o tributo será devido apenas em 2014, mesmo que não haja melhoramentos no local, conforme estritamente o que dispõe o princípio da anterioridade.
- B) Na situação apresentada, no ano de 2013, Joaquim deveria pagar IPTU, mesmo que não haja melhoramentos, tendo em vista que tal tributo é uma exceção ao princípio da anterioridade.
- C) Para ser legal a cobrança do IPTU no exercício de 2014, é necessário que a área urbana a ser tributada contenha no mínimo 2 melhoramentos construídos ou mantidos pelo Poder Público, dentre eles: meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais; abastecimento de água; sistema de esgotos sanitários; rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar; escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.
- D) Para ser legal a cobrança do IPTU no exercício de 2014, uma vez que este imposto obedece a regra do princípio da anterioridade, é necessário que a área urbana a ser tributada contenha no mínimo 3 melhoramentos construídos ou mantidos pelo Poder Público, dentre eles: meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais; abastecimento de água; sistema de esgotos sanitários; rede de iluminação pública, com posteamento para distribuição domiciliar; escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 2 (dois) quilômetros do imóvel considerado.

## **QUESTÃO 22**

Julgue os itens em V, para verdadeiro, ou F, para falso, e após assinale a alternativa correta.

I - As alíquotas do ITBI, que são fixadas em lei municipal, devem ser proporcionais e progressivas, uma vez que é lícita tal progressão para tal gravame em razão de se tratar de imposto real e da constância de previsão de progressividade no texto constitucional.

II - O município tributante tem liberdade para fixar, por lei, dentre as partes envolvidas que deram origem ao tributo, o contribuinte legal do ITBI, já que o contribuinte de fato pode ser definido pelas partes contratantes.

III - O ITBI é exigido na lavratura de escrituração de alienação imobiliária. A propriedade adquirida por usucapião não gera incidência de ITBI, já que somente os modos derivados de aquisição de propriedade tem interesse para o Fisco.

IV - O ITBI não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for compra e venda de bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

- A) F-V-V-V.
- B) V-F-V-F
- C) F-V-F-V
- D) F-V-V-F

## **QUESTÃO 23**

Sabendo que o ISS (Imposto sobre serviços) tem como fato gerador a prestação de serviços constantes da lista anexa à LC nº 116/2003, ainda que estes não se constituam como a atividade preponderante do prestador, assinale a alternativa incorreta.

- A) O ISS incide também sobre o serviço proveniente do exterior do país ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior.
- B) Ressalvadas as exceções expressas na lista anexa à LC nº 116/2003, os serviços nela mencionados não estão sujeitos à incidência de ICMS, mesmo que sua prestação envolva o fornecimento de mercadorias.
- C) O ISS incide sobre os serviços prestados mediante utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente, mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.
- D) O ISS incide para as exportações de serviços, desde que tal serviço se tenha iniciado no país.



### **QUESTÃO 24**

De acordo com os aspectos do ITBI, julgue os itens em V, para verdadeiro, ou F, para falso, após assinale a alternativa correta.

I - São aspectos materiais: a transmissão *inter vivos* a qualquer título por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e a de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia; cessão, por ato oneroso, de direitos relativos à aquisição de bens imóveis; transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa física em realização de capitalização.

II - São aspectos pessoais: sujeito ativo - municípios ou Distrito Federal; sujeito passivo: contribuinte (qualquer das partes na operação tributada), competindo à legislação municipal elegê-lo. Em regra, é o adquirente.

III - São aspectos quantitativos: a base de cálculo, que é o valor venal dos bens ou dos direitos transmitidos e a alíquota, a qual deve ser fixada pela legislação local.

IV - São aspectos temporal e espacial respectivamente: o momento do respectivo registro imobiliário junto ao cartório de imóveis competente e o território do ente tributante.

- A) Apenas os itens I e II são verdadeiros.
- B) Apenas os itens II, III e IV são verdadeiros.
- C) Apenas os itens I, II e IV são verdadeiros.
- D) Todos os itens são verdadeiros.

### **QUESTÃO 25**

De acordo com o IRPJ e CSLL, analise o caso abaixo e assinale a alternativa correta.

Suponha que uma empresa com duas atividades - uma em serviços contábeis (lucrativa) e outra em serviços de cobrança (pequeno lucro e alto faturamento) - admita que a atividade de serviços contábeis gere 35% de lucro sobre as receitas e que a de cobrança gere lucro de apenas 5%. Se a atividade de cobrança faturar R\$ 480.000,00 ao ano, o desdobramento da atividade em duas empresas, uma tributada pelo lucro presumido (serviço contábil) e outra tributada pelo lucro real (cobrança), poderá representar uma economia fiscal de até:

- A) R\$ 45.080,00 ao ano.
- B) R\$ 44.064,00 ao ano.
- C) R\$ 48.964,00 ao ano.
- D) R\$ 49.236,00 ao ano.

### **QUESTÃO 26**

A empresa XYZ, tributada pelo regime do lucro presumido, obteve os seguintes dados no primeiro trimestre de 2015:

- Receitas:
  1. Venda de produtos de fabricação própria: R\$ 3.000.000,00;
  2. Serviços de assistência técnica: R\$ 500.000,00;
  3. Aluguel de um galpão: R\$ 60.000,00;
  4. Receita financeira: R\$ 40.000,00;
  5. IRRF sobre aplicações financeiras: R\$ 4.000,00

Com base nos dados acima, assinale a alternativa que contém o valor do IRPJ devido.

- A) R\$ 240.000,00
- B) R\$ 160.000,00
- C) R\$ 500.000,00
- D) R\$ 115.000,00

### **QUESTÃO 27**

De acordo com as retenções de contribuições previdenciárias de pessoas jurídicas, assinale a alternativa incorreta.

- A) A contribuição devida sobre a produção rural será de 2,6%, incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção rural, para fatos geradores ocorridos a partir de 1º de agosto de 1994, em substituição à contribuição de 20% e àquelas destinadas ao custeio dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho.
- B) Com a edição da LC nº 123/2006, a qual instituiu o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, foi criada a alíquota de 11% para os segurados contribuintes, individual ou facultativo, que optarem pela exclusão do direito ao benefício de aposentadoria por tempo de contribuição.
- C) O empresário individual que aufera receita bruta de até R\$ 60.000,00 ao ano poderá contribuir para previdência com base no salário mínimo, onde será tributado com alíquota de 11%. Caso a base de cálculo seja valor superior ao mínimo nacional vigente tal alíquota passa a ser de 18%.
- D) A contribuição de associação desportiva é de 5% da renda bruta dos espetáculos desportivos da referida associação que mantém equipe de futebol profissional.

### **QUESTÃO 28**

As transferências tributárias constitucionais da União para os estados e municípios podem ser classificadas em transferências diretas ou transferências indiretas. No entanto, independente do tipo, as transferências sempre ocorrem do governo de maior nível para os de menores níveis. De posse dessa informação, assinale a alternativa correta.

- A) Pertencem aos estados e ao Distrito Federal o produto da arrecadação (100%) do imposto da União sobre a renda e proventos de qualquer natureza incidente na fonte, sobre rendimentos pagos a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.
- B) Pertencem aos estados de origem 40% do produto da arrecadação do imposto da União denominado IOF-ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial.
- C) Pertencem aos estados 30% dos impostos residuais da União.
- D) Pertencem aos municípios 60% dos produtos da arrecadação do imposto da União ITR, relativamente aos imóveis nele situados. No entanto, o limite pode atingir 100% para os municípios, caso eles se dediquem às atividades de fiscalização e de cobrança do tributo.

### **QUESTÃO 29**

Assinale a alternativa incorreta.

No regime diferenciado e favorecido previsto na LC nº 123/2006 (Lei das Micro e Pequenas Empresas), para nenhum efeito legal, não se inclui a pessoa jurídica:

- A) Cujo capital participe outra pessoa jurídica.
- B) Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no país, de pessoa jurídica com sede no exterior.
- C) Cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresária ou que seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado, mesmo que a receita bruta global não ultrapasse o limite.
- D) Resultante ou remanescente de cisão ou de qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos cinco anos-calendário anteriores.

### **QUESTÃO 30**

Assinale a alternativa abaixo que contém operação onde há incidência de ICMS.

- A) Nas operações que destinem a outros estados, o petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e a energia elétrica.
- B) Na compra de veículo importado cuja circulação se inicie no exterior do país.
- C) Na prestação de serviços de comunicação, nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita.
- D) Nas remessas de mercadorias para consignação ou demonstração.

## **CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

### **QUESTÃO 31**

De acordo com o MANUAL DE CONTABILIDADE DAS SOCIEDADES POR AÇÕES, foram classificados como estrutura conceitual básica da contabilidade:

- A) Objetivos da contabilidade, Cenários Contábeis, Princípios fundamentais de contabilidade.
- B) Campo de aplicação, Variações Patrimoniais, Normas Técnica Contábeis.
- C) Objetivo da contabilidade, Fatos contábeis, Normas Contábeis.
- D) Princípios fundamentais de contabilidade, Normas Internacionais, Gestão da Empresa.

### **QUESTÃO 32**

Assinale a alternativa correta, entre as apresentadas a seguir:

- A) São contas de resultado: mercadorias, capital e despesas gerais.
- B) São contas de resultado todas as receitas, os custos e as despesas.
- C) As contas de receitas e de despesas são de resultado, desde que apresentem saldos credores.
- D) São contas de resultado: Receitas, Provisões e Despesas.

### **QUESTÃO 33**

Qual das afirmativas abaixo indica o correto funcionamento das contas do patrimônio líquido?

- A) Os lucros são registrados por débitos, e os prejuízos, por créditos.
- B) Os aumentos são registrados por débitos, e as diminuições, por créditos.
- C) As diminuições são registradas por débitos, e os aumentos, por créditos.
- D) Os decréscimos são registrados por créditos, e os acréscimos, por débitos.

### **QUESTÃO 34**

Uma empresa que adota o regime de competência em sua escrituração encerrou exercício em 31 de dezembro de 2014. Nos primeiros dias de 2015, escriturou os seguintes eventos:

I - Pagamento de salários dos empregados relativos ao mês de dezembro de 2014.

II - Recebimento da diferença de imposto recolhido a maior em dezembro de 2014, e já reclamada naquele mesmo mês à autoridade competente.

III - Venda de um bem do ativo permanente pelo preço de custo.

**A escrituração refere-se, respectivamente, a que fatos contábeis?**

- A) Permutativo – Permutativo – Permutativo.
- B) Modificativo diminutivo – Permutativo – Misto aumentativo.
- C) Permutativo – Modificativo misto – Modificativo diminutivo.
- D) Misto diminutivo – Permutativo – Modificativo aumentativo.

### **QUESTÃO 35**

De acordo com o previsto na Constituição Federal sobre o controle externo e interno, julgue os itens em V, para verdadeiro, e F, para falso, e assinale a alternativa correta.

I - A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma de lei complementar.

II - O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

III - A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

IV - Prestará conta qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza social.

- A) Todos os itens são verdadeiros.
- B) Apenas os itens I e III são verdadeiros.
- C) Apenas os itens II e IV são verdadeiros.
- D) Apenas os itens II e III são verdadeiros.

### **QUESTÃO 36**

Conforme o Direito Constitucional, assinale a alternativa incorreta.

- A) O poder constituinte originário é inicial pelo fato de instaurar uma nova ordem jurídica; é juridicamente ilimitado, ou seja, não respeita os limites existentes no direito anterior; é incondicionado, não se sujeitando a qualquer regra de forma ou de fundo; é autônomo, pois a nova Constituição será estruturada de acordo com a determinação dos que exercem o poder constituinte.
- B) O poder constituinte derivado está prevista na Constituição, pois decorre de uma regra jurídica de autenticidade constitucional, conhecendo, portanto, limitações constitucionais expressas e implícitas, o que o torna passível de controle de constitucionalidade. Pode ser classificado em: poder constituinte derivado reformador, o qual é o poder de alterar a Constituição por meio de Emendas Constitucionais, e poder constituinte derivado decorrente, o qual é o poder dos Estados para elaborarem suas próprias Constituições Estaduais, dentro dos limites traçados pela Constituição Federal.
- C) Os limites do exercício do poder constituinte reformador classificam-se em circunstanciais, materiais, formais e temporais. Os circunstanciais são assuntos que, dada sua extrema importância para a sociedade, não podem ser modificados por meio de Emenda Constitucional, tais limitações recebem o nome de cláusulas pétreas.
- D) Diversas normas de Constituições Estaduais são declaradas inconstitucionais pelo STF por violação ao princípio da simetria, segundo o qual deverá existir correspondência entre o modelo existente na Constituição Estadual e o modelo da Constituição Federal.

### **QUESTÃO 37**

Analise os seis artigos constitucionais abaixo transcritos, após assinale a alternativa que contém a classificação respectiva dos mesmos como sendo normas de eficácia plena, contida ou limitada.

1-

*Art. 132. Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas.*

2 –

*Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*

*I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei;*

3 –

*Art. 2º. São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.*

4 –

*Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.*

*§ 2º Os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei complementar.*

5 –

*Art. 15. É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de:*

*I - cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado;*

*II - incapacidade civil absoluta;*

*III - condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos;*

6 –

*Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:*

*VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;*

*VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;*

**A)** Eficácia contida - contida - plena - contida - limitada - limitada.

**B)** Eficácia plena - contida - plena - contida - plena - contida.

**C)** Eficácia plena - contida - plena - limitada - plena - contida.

**D)** Eficácia plena - limitada - plena - limitada - plena - contida.

### **QUESTÃO 38**

De acordo com as normas contidas na Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 8.666/93) e com recentes decisões emanadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, analise a caso fictício abaixo narrado.

Determinado município contratou empresa, por meio de processo licitatório, para construir uma escola municipal com quadra poliesportiva. A obra foi recebida com verificação e com atesto dos profissionais responsáveis, sem qualquer ressalva. No termo de conclusão da obra, constava que a escola encontrava-se em condições plenas de uso. No entanto, após 03 anos e 8 meses de utilização da quadra poliesportiva, a mesma apresentou rachaduras, as quais, conforme laudo do engenheiro do órgão, apresentava risco de desmoronamento e deveria ser interdita. Diante desse fato, a empresa, vencedora do certame e executora da obra, foi notificada para prestar esclarecimentos e para reformar a obra, entregando-a novamente em perfeitas condições de uso. Após notificação, o diretor da empresa encaminha ofício informando que a obra foi entregue conforme estipulado em contrato, que o prazo de garantia da obra expirou em 3 anos e que os reparos necessários deverão ser custeados pelo órgão contratante.

Diante dessa narrativa assinale a alternativa correta.

**A)** O município deve realizar novo processo licitatório para contratar empresa para reformar a quadra poliesportiva.

**B)** A garantia contratual de obras públicas é de 5 anos, conforme previsto na lei nº 8.666/93 e portanto a empresa deve efetuar a reforma da obra sem custo adicional, sob pena de aplicação de multa por não cumprir prazo legal.

**C)** O município pode, através de inexigibilidade de licitação, contratar a mesma empresa que realizou a obra, pois esta conhece todo o projeto inicial e, deste modo, possui prerrogativa legal para ser contratada.

**D)** O município pode, através de dispensa de licitação, contratar a mesma empresa que realizou a obra, pois esta conhece todo o projeto inicial e deste modo possui prerrogativa legal para ser contratada.

### **QUESTÃO 39**

Sabendo que determinado órgão público vem retendo mensalmente na folha de pagamento de seus servidores a cota parte do segurado em relação ao INSS, porém, não repassa tais valores à Previdência Social. Nesse sentido, como controlador interno do órgão, assinale a alternativa que contempla a atitude a ser tomada.

- A) Após constatada a falha em auditoria preventiva realizada pelo setor de controle interno, conforme normas previstas no PAAI (Plano Anual de Auditoria Interna) do órgão, deve o controlador interno notificar todos os responsáveis pelo ato, além da autoridade máxima do órgão, dando prazo para saneamento da irregularidade, sob pena de informar a Comarca local e o Tribunal de Justiça, tendo em vista que tal irregularidade corresponde ao crime de peculato.
- B) Após constatada a falha em auditoria preventiva realizada pelo setor de controle interno, conforme normas previstas no PAAI (Plano Anual de Auditoria Interna) do órgão, deve o controlador interno notificar imediatamente o Tribunal de Contas do Estado na pessoa do Conselheiro Relator da época, tendo em vista que tal irregularidade é considerada grave e contém o condão de macular as contas públicas.
- C) Após constatada a falha em auditoria preventiva realizada pelo setor de controle interno, conforme normas previstas no PAAI (Plano Anual de Auditoria Interna) do órgão, deve o controlador interno notificar o Ministério Público de Contas, tendo em vista este ser o órgão competente para realizar o controle externo, bem como as auditorias e emitir parecer sobre a aprovação ou reprovação das contas de governo do gestor.
- D) Após constatada a falha em auditoria preventiva realizada pelo setor de controle interno, conforme normas previstas no PAAI (Plano Anual de Auditoria Interna) do órgão, deve o controlador interno notificar o dirigente máximo apontando a irregularidade constatada, bem como a solução para saná-la, informando também sobre a possibilidade de aplicação de sanção pelo Tribunal de Contas do Estado, sem prejuízo de ação penal, tendo em vista que tal irregularidade corresponde ao crime de apropriação indébita.

### **QUESTÃO 40**

De acordo com as normas de controle interno emitidas, analise a situação fictícia narrada abaixo e após assinale a alternativa correta.

Determinado órgão público do município de Rondonópolis - MT inicia os procedimentos para realização de concurso público com o intuito de provimento de cargos efetivos. No entanto, após elaboração de edital de abertura, publica-o em **Imprensa Oficial sem enviá-lo para análise e sem parecer prévio do controle interno. Assim sendo:**

- A) A análise e o parecer prévio por parte do controle interno do órgão são indispensáveis, sendo exigidos pelo TCE/MT como documento necessário que deve ser enviado pelo Sistema APLIC (Auditoria Pública Informatizada de Contas) juntamente com outros documentos relativos ao certame no prazo de 03 dias úteis após a publicação. No entanto, a ausência desses documentos não invalida o certame.
- B) A publicação do edital é nula de pleno direito, pois feriu uma das fases internas do processo e, dessa forma, caso prossiga, o concurso não será válido.
- C) A ausência do parecer prévio do controle interno torna o concurso anulável em fase administrativa pelo TCE/MT, o qual não irá apreciá-lo para fins de registro, bem como é anulável em via judicial, considerando que sem apreciação do controle interno do órgão o edital e demais atos anteriores não estão aptos à publicação e, portanto, não surtem efeitos "*erga omnes*".
- D) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.